

## Alunos com deficiência do IFRS e a inclusão no mundo do trabalho

10.35819/scientiatec.v10i2.6749

Andréa Poletto Sonza<sup>1</sup>

Samuel dos Santos Mota<sup>2</sup>

**Resumo:** A participação das pessoas com deficiência em todas as instâncias sociais é um direito e para que isso ocorra de forma acessível há uma série de normativas legais, como a Lei Brasileira de Inclusão. Nesse contexto, trazemos um recorte da pesquisa intitulada “Alunos com deficiência do IFRS e a inclusão no mundo do trabalho”, a qual está se desenvolvendo por meio do mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Este estudo objetiva identificar, no que concerne aos estágios curriculares obrigatórios, quais elementos têm influenciado na inclusão dos alunos com deficiência do IFRS no mundo do trabalho. A pesquisa é de abordagem qualitativa e organiza-se a partir de uma perspectiva interpretativa, tendo seu enfoque direcionado aos cursos técnicos subsequentes e cursos superiores do *campus* Porto Alegre do IFRS. A coleta de dados está ocorrendo por meio de entrevistas semiestruturadas com os seguintes sujeitos vinculados à instituição: professores que acompanharam os alunos com deficiência durante as disciplinas de estágio curricular obrigatório; profissionais do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne); profissionais do setor de estágios e alunos e egressos com deficiência.

**Palavras-chave:** Alunos com deficiência; Inclusão; Mundo do trabalho.

**Resumen:** La participación de personas con discapacidad en todas las esferas sociales es un derecho y para que eso se cumpla de forma accesible hay una serie de directrices legales, como la *Lei Brasileira de Inclusão*. En ese contexto, presentamos un recorte de la investigación nombrada “Alumnos con discapacidad del IFRS y la inclusión en el mundo laboral”, la cual se ha desarrollado en el *mestrado profesional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT* del *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS*. La investigación, de enfoque cualitativo, se estructura bajo una perspectiva interpretativa y se dirige a los cursos técnicos posteriores y a las carreras de nivel superior del *campus* Porto Alegre de RS. Se han recolectado los datos a través de entrevistas semiestructuradas con los siguientes sujetos vinculados a la institución: docentes que asistieron a los alumnos con discapacidad durante las asignaturas de práctica curricular obligatoria; profesionales del Núcleo de Atención a las Personas con Necesidades Educativas Especiales (Napne); profesionales del sector de prácticas y alumnos y egresados con discapacidad.

**Palabras clave:** Alumnos con discapacidad; Inclusión; Mundo laboral.

## INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE publicou no ano de 2022 a 47<sup>a</sup> edição do periódico denominado “Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica” (IBGE, 2022), o qual abordou o tema das pessoas

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, E-mail: andrea.sonza@ifrs.edu.br

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, E-mail: profsamuelmota@gmail.com

com deficiência – PcD e as desigualdades sociais no Brasil. Entre outras questões, a publicação trouxe que, em 2019, havia 17,2 milhões de pessoas com deficiência<sup>3</sup> com dois anos ou mais no país. Ao analisar as PcD que podem trabalhar, de acordo com delineamento apresentado (14 anos ou mais), o IBGE apontou que somente 28,3% participavam do mundo do trabalho, sendo que 34,4% ocupavam vagas formais. Em relação às pessoas sem deficiência, esses percentuais foram de 66,3% para a participação no mundo do trabalho e 50,9% para a formalização.

Os dados supramencionados evidenciam uma participação menor das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Isso ocorre apesar da existência de normativos como a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991), a qual destaca, entre outros, a obrigatoriedade que as empresas com mais de 100 (cem) funcionários têm de comporem o seu quadro com pessoas com deficiência em percentuais que vão de 2 (dois) até 5% (cinco por cento), conforme destacado abaixo:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I- até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.....	5%.

(BRASIL, 1991, p. 33).

Em relação à Lei 8.213 e a política de reserva de vagas para PcD, durante seu mestrado em direito, Salomão (2021) realizou um estudo para compreender como esta obrigatoriedade pode interferir e impactar nos serviços das empresas privadas e na colocação adequada das pessoas com deficiência no “mercado de trabalho particular”, segundo os termos empregados pela autora. Quanto aos procedimentos, a pesquisa desenvolvida foi bibliográfica e utilizou o método dedutivo. A autora analisa, em sua dissertação, o caminho traçado pelas pessoas com deficiência na luta pela inclusão social, reflete a respeito de noções de isonomia e igualdade, trata sobre as políticas de ações afirmativas em território nacional e, por último, examina o sistema de cotas nas empresas privadas como ferramenta que pode gerar inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho (SALOMÃO, 2021). No que concerne às conclusões as quais chegou durante a realização da pesquisa, refere que

<sup>3</sup> A classificação de pessoas com deficiência empregada pelo IBGE teve como referência as orientações internacionais do Grupo Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência.

“A política de cotas, mesmo com todos os problemas apresentados devido ao seu caráter meramente impositivo e coercitivo, ainda é o melhor caminho de inserção dos deficientes.” (*Ibidem*, p. 88). Ela chega a esta conclusão por compreender, com base nas análises feitas no decorrer de sua dissertação, que sem essa política a contratação de pessoas com deficiência por empresas privadas possivelmente não ocorreria. Todavia, ressalta que esse instrumento carece de aperfeiçoamento e que “Incluir é muito mais do que dar o direito de participar, é criar condições propícias para o acolhimento e satisfação pessoal.” (SALOMÃO, 2021, p.88).

Considerando que a simples oferta de vagas, conforme os dados supramencionados, não garante a participação efetiva das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, este estudo traz a hipótese de que isto ocorre em decorrência das diversas barreiras com as quais as PcD se deparam em diferentes contextos das suas vidas. Nesse sentido, a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15) conceitua o que são barreiras e categoriza algumas enfrentadas pelas PcD.

IV – barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (BRASIL, 2015, p. 8)

Algumas publicações científicas vão ao encontro da hipótese considerada. Nesse sentido, Amaral (2020) realizou uma pesquisa de natureza quali-quantitativa que teve como objetivo identificar a percepção dos trabalhadores com deficiência do Metrô-DF quanto à acessibilidade no seu ambiente de trabalho. A coleta de dados ocorreu por meio de dois estudos – sendo uma pesquisa de campo e um estudo de

caso - e teve a participação de 40 (quarenta) pessoas com deficiência que trabalhavam no metrô, sendo estruturada em duas partes: a primeira relacionada ao perfil dos participantes e a segunda referente às seis dimensões de acessibilidade<sup>4</sup>: comunicacional, atitudinal, instrumental, arquitetônica, metodológica e programática, propostas por Sasaki (2009). Quanto aos resultados do estudo, a autora refere que as adversidades apresentadas pelos participantes foram diferentes, mencionando que:

Os resultados identificam barreiras no acesso aos espaços, na comunicação, na utilização dos equipamentos e nos métodos e técnicas de trabalho, além de aspectos que envolvem a ergonomia, segurança e saúde no trabalho. Evidencia-se que as dificuldades apresentadas pelos deficientes foram diferentes. Para o deficiente auditivo a comunicação foi uma barreira significativa no seu contexto de trabalho. Os obstáculos arquitetônicos foram para o deficiente físico a principal queixa relacionada com a utilização do espaço laboral. (AMARAL, 2020, p. 40)

Viana (2018) analisou como eram as políticas e práticas da gestão de pessoas com deficiência em duas empresas privadas do estado do Rio de Janeiro, sendo que o estudo foi de natureza qualitativa e a coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com 10 (dez) PcD e 2 (dois) gestores das empresas. Entre outras questões, depreende-se que o estudo revelou barreiras de acessibilidade arquitetônica e comunicacional em uma das empresas, a qual, no período da realização do estudo, além de não ter alcançado o percentual mínimo previsto em lei de pessoas com deficiência em seu quadro de funcionários, possuía “problemas com acessibilidade física nas fábricas e embarcações, gestão de carreira e falta de intérpretes em treinamentos e no momento de recrutamento e seleção de PCD's.” (VIANA, 2018, p. 8).

Tendo como cerne as dimensões de acessibilidade, Santos (2020) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de analisar uma universidade pública do estado da Bahia; por conseguinte, investigou como a instituição estava se organizando para garantir aos seus servidores os direitos presentes nas políticas de inclusão de pessoas com deficiência. Para tal, realizou um estudo de caso na universidade,

---

<sup>4</sup> A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência traz a compreensão do termo acessibilidade enquanto: “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;” (BRASIL, 2015, p. 8)

durante o qual coletou os dados por meio de análise de documentos e entrevistas semiestruturadas com as PcD que compunham o quadro funcional da instituição. As entrevistas semiestruturadas foram analisadas por meio de três categorias: dimensões de acessibilidade, repercussões das condições de acessibilidade na trajetória profissional e ações de acessibilidade a serem desenvolvidas pela instituição. Quanto aos resultados, no tocante às dimensões de acessibilidade, a autora traz, entre outras, as seguintes conclusões:

Nos fragmentos retirados das falas desses servidores é visível que ainda são incipientes na instituição políticas voltadas para oferta de recursos de Tecnologia Assistiva<sup>5</sup> destinadas para a acessibilidade instrumental. No entanto, é importante ressaltar que, à época em que os servidores foram entrevistados, nenhum alegou a impossibilidade de executar suas funções ou relatou desejo de se desvincular de sua unidade de lotação. [...]

A falta de um documento que formalize a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência pode ser considerada, portanto, como uma barreira programática que precisa ser transposta pelos servidores com deficiência. (SANTOS, 2020, p. 60 e 69)

Encerrada a exposição dos estudos correlatos, no que concerne à descrição da pesquisa que está sendo apresentada, esta encontra-se na etapa da coleta de dados, vincula-se ao mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do IFRS, integrando a linha de pesquisa denominada Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e pertence ao macroprojeto de inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT. Seu problema de pesquisa, considerando a hipótese e os estudos correlatos trazidos nos parágrafos anteriores, é o seguinte: durante os estágios curriculares obrigatórios, quais são os fatores que têm influenciado na inclusão dos alunos com deficiência do IFRS, *campus* Porto Alegre, no mundo do trabalho? Os objetivos da pesquisa, decorrentes desse questionamento, são: identificar quais elementos têm influenciado na inclusão dos alunos com deficiência do IFRS - *campus* Porto Alegre - no mundo do trabalho; tipificar os fatores que contribuem e os que dificultam para que os estágios curriculares deles ocorram de forma acessível e propor práticas educacionais inclusivas que favoreçam a inserção de alunos e egressos com deficiência da instituição de ensino no mundo do trabalho.

---

<sup>5</sup> “II – tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;” (BRASIL, 2015, p. 8)

Os estágios curriculares obrigatórios, enquanto disciplinas de alguns cursos técnicos subsequentes e superiores oferecidos pelo IFRS, compõem as atividades de ensino da instituição. Devem, portanto, ser acessíveis aos alunos com deficiência, já que:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; [...]

XVI – acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino...” (BRASIL, 2015, p. 12 – 13, grifo nosso)

Ao abordar a questão da inclusão dos alunos com deficiência do IFRS no mundo do trabalho, este escrito parte do entendimento de que a inclusão é um paradigma social que se corporifica por meio de um processo pelo qual os sistemas sociais comuns “são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos [...]” (SASSAKI, 2009, p. 1). Já a concepção de pessoa com deficiência diz respeito àqueles que possuem algum impedimento caracterizado como de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 8).

A pesquisa está se desenvolvendo no *campus* Porto Alegre do IFRS, localizado na rua Coronel Vicente, 281 - Centro Histórico, Porto Alegre – RS. A instituição oferta à comunidade, segundo o seu site, os seguintes cursos: técnicos subsequentes, superiores e de pós-graduação, sendo três cursos de mestrado e um curso de especialização, todos gratuitos.

Quanto à acessibilidade, possui o Centro Tecnológico de Acessibilidade - CTA, vinculado à Pró-reitoria de Ensino, o qual tem sua sede em Bento Gonçalves – RS e, de acordo com a página do IFRS, “atua no desenvolvimento de soluções em acessibilidade para pessoas com deficiência” (IFRSa, 2023, p. 1). O objetivo do Centro é “propor, orientar e executar ações para a promoção da acessibilidade no IFRS nas suas dimensões: arquitetônica, instrumental, comunicacional, programática, metodológica e atitudinal.” (IFRSa, 2023, p. 1). A figura que segue apresenta alguns recursos de tecnologia assistiva desenvolvidos pelo CTA e disponibilizados para os alunos com deficiência do IFRS quando necessário. Na imagem aparecem materiais



Segundo Coradini e Santos (2020), durante o ano de 2014, por meio da Resolução do Conselho Superior nº 022 de 2014, foi aprovada a Política de Ações Afirmativas do IFRS, a qual:

é orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. (CORADINI e SANTOS, 2020, p. 11)

A referida Política tem como proposição que haja no IFRS medidas especiais para viabilizar o acesso, permanência e êxito dos alunos nos cursos oferecidos pela instituição, tendo como foco principal a população negra, indígenas, pessoas com necessidades específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas. Entre os princípios norteadores da Política de Ações Afirmativas do IFRS, estão a universalização da educação inclusiva e convívio e respeito às diversidades étnica, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, de necessidades específicas ou outras características individuais, coletivas e sociais.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo relatado aqui é de abordagem qualitativa, visto que este tipo de pesquisa não está centrado na métrica dos fenômenos percebidos, mas, primordialmente, considera a conjuntura em que ocorrem, procurando compreendê-los e, quando necessário, propor alternativas para resolvê-los (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). A investigação enquadra-se nessa abordagem, pois busca analisar quais são os fatores que têm influenciado na inclusão dos alunos com deficiência do IFRS, *campus* Porto Alegre, no mundo do trabalho, o que envolve pessoas e suas subjetividades frente às situações com as quais se deparam no dia a dia, elementos que seriam desprezados se a análise fosse meramente percentual.

Quanto aos objetivos, é explicativa, visto que este tipo de pesquisa “tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” (GIL, 2002. p. 42). Nesse caso, o fenômeno investigado são as condições de acessibilidade encontradas pelos alunos com deficiência dos cursos de ensino técnico subsequente e superiores do IFRS durante seus estágios curriculares obrigatórios. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, sendo que esse tipo de estudo objetiva “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à

solução de problemas específicos” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 35). A respeito do estudo relatado no presente artigo, este pretende gerar conhecimentos sobre acessibilidade, que poderão ser aplicados nos momentos em que os alunos com deficiência do IFRS, campus Porto Alegre, forem realizar seus estágios curriculares obrigatórios nos cursos de ensino técnico e superior em que estejam participando. Enquanto pesquisa qualitativa, este estudo organiza-se a partir de uma perspectiva interpretativa, considerando que:

a tarefa da pesquisa interpretativa é descobrir maneiras específicas através das quais formas locais e não locais de organização social e cultural se relacionam com atividades de pessoas específicas em suas eleições e ações sociais conjuntas. ( MOREIRA, 2002, p. 4)

Os sujeitos que estão participando da coleta de dados são: 1 (um) aluno e 1 (um) ex-aluno com deficiência de cursos, respectivamente, superior e técnico do IFRS, *campus* Porto Alegre, que já concluíram disciplinas de estágio curricular obrigatório; 2 (dois) profissionais responsáveis por receberem esses estudantes nos locais em que realizaram essas inserções profissionais; 2 (dois) professores que orientaram os estágios curriculares obrigatórios desses alunos; 1(um) professor que acompanhou o estágio curricular obrigatório de 1 (um) dos alunos; um profissional que os atendeu no Napne do IFRS e 1 (um) responsável pelo setor de estágios da instituição.

A coleta de dados está ocorrendo por meio de entrevistas semiestruturadas e individuais com os sujeitos supracitados. No presente trabalho, a entrevista semiestruturada tem sido entendida enquanto uma técnica de coleta de dados em que “o pesquisador, diante de uma temática norteadora, e tendo a narrativa como referência principal, realiza outras indagações, na busca da compreensão do que o participante está narrando.” Moré (2015, p. 3). As questões norteadoras das entrevistas foram organizadas em duas categorias: estudante e demais entrevistados. A entrevista com este grupo ocorreu a partir das seguintes questões:

- A) Você pode falar a respeito de como foram as suas experiências profissionais durante o estágio curricular obrigatório? Foi a sua primeira inserção no mundo do trabalho? Quais expectativas havia construído em relação a essa etapa?
- B) Enquanto aluno do IFRS, *campus* Porto Alegre, quais as principais barreiras enfrentadas durante a realização de seu estágio curricular obrigatório?
- C) Você consegue definir a origem dessas barreiras?
- D) De que forma foram superadas?

- E) Em relação às dimensões de acessibilidade — sobre as quais falamos durante a apresentação da pesquisa — quais você percebe como adequadas no decorrer de seus estágios curriculares obrigatórios?
- F) É possível definir se essas conformidades são oriundas de iniciativas individuais ou institucionais?

O método utilizado para a análise qualitativa dos dados obtidos será a triangulação, a qual é a “combinação e o cruzamento de múltiplos pontos de vista”. Minayo (2005, p. 29). Segundo Gomes e Dias (2020), durante a década de 70 (setenta), Denzin apontou a existência de 4 (quatro) tipos de triangulação: de dados, do investigador, da teoria e metodológica. A análise das entrevistas semiestruturadas ocorrerá por meio de uma triangulação de dados, visto que serão consideradas semelhanças e diferenças nas falas de cada participante. Do mesmo modo, os dados examinados serão organizados em duas categorias: barreiras e dimensões de acessibilidade, sendo que estas últimas dirão respeito às questões de acessibilidade consideradas adequadas durante o estudo das entrevistas e aquelas (as barreiras) tratarão sobre as dificuldades relatadas pelos participantes a respeito dos estágios obrigatórios dos alunos com deficiência.

## **CONSIDERAÇÕES**

Em tempo, o relato da pesquisa descrito acima foi elaborado antes da banca de qualificação de mestrado de um dos autores, que ocorreu em julho de 2023. No decorrer desta etapa, em função de uma solicitação da banca, o estudo tornou-se uma pesquisa documental, mantendo sua abordagem qualitativa e seu caráter explicativo. Dessa forma, os resultados trazidos abaixo não coadunam com os procedimentos metodológicos apresentados na seção anterior. Visam, por outro lado, atualizar o leitor dos caminhos percorridos pela pesquisa antes que este artigo fosse publicado.

Neste diapasão, o objetivo geral do estudo passou a ser o de investigar os desafios e estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiência por meio da inserção em estágios curriculares obrigatórios, analisando as políticas institucionais em vigência no âmbito do IFRS. Além disso, um de seus objetivos específicos tornou-se sugerir potenciais alterações na redação dos documentos analisados, visando contribuir para que sejam mais inclusivos e contemplem as

condições de acessibilidade encontradas pelos alunos com deficiência durante os seus estágios curriculares obrigatórios. Para cumprir os referidos objetivos, este estudo avaliou e propôs alterações nos seguintes regulamentos: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019 e Instrução Normativa PROEX/PROEN/DGP IFRS nº 001, de 05 de maio de 2020.

A respeito da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a pesquisa sugeriu a troca da expressão “portador de deficiência” no texto da lei por pessoa com deficiência, adequando ao termo empregado a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; ainda, o estudo refletiu como o artigo 17, parágrafo 5º, deste Regulamento, ao trazer que 10% das vagas de estágio oferecidas nas empresas/instituições concedentes serão asseguradas às pessoas com deficiência, pode contribuir para minoração da exclusão destas do mundo do trabalho, uma vez que o estágio se constitui enquanto um ato educativo escolar supervisionado realizado em ambientes laborais (Brasil, 2008).

Sobre a Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, abordou, entre outras questões, a possibilidade de reformulação do seu art. 7º, parágrafo II, que, ao tratar sobre o número efetivo de estagiários contratados por um órgão ou entidade, determina que 10% das vagas de estágio devem ser reservadas aos estudantes “cuja deficiência seja compatível com o estágio a ser realizado [...]” (BRASIL, 2019, p. 2). A análise feita a respeito desse período trouxe questões como o fato de refletir um modelo médico de deficiência e um viés integracionista de sociedade (SASSAKI, 2012), ambos já ultrapassados, visto que não consideravam as barreiras impostas pela sociedade às PcD e condicionavam suas participações a “compatibilidade de suas deficiências”. Como também, ponderou que a atual redação do excerto contribui para uma hierarquização das pessoas com deficiência enquanto “compatíveis ou incompatíveis” para ocuparem determinada vaga de estágio, demonstrando um viés capacitista.

No que concerne à Instrução Normativa PROEX/PROEN/DGP IFRS nº 001, de 05 de maio de 2020, trouxe que o art. 15 da mesma possibilita a ampliação do período máximo de conclusão do estágio para pessoas com necessidades educacionais específicas, indo ao encontro da dimensão metodológica de acessibilidade. Após, propôs a inserção na redação desta normativa da avaliação de acessibilidade dos locais em que os estudantes com necessidades educacionais específicas farão seus estágios curriculares, referindo os sujeitos responsáveis por essa ação (professor

orientador do estágio, aluno com necessidades educacionais específicas, membro do Napne e supervisor de estágio). Por último, tratou sobre a importância da elaboração do Plano Individualizado de Estágio – PIE, instrumento fundamental na garantia da acessibilidade ofertada aos alunos com necessidades educacionais específicas durante seus estágios curriculares obrigatórios, apresentando sugestões de colocação deste instrumento na Instrução Normativa PROEX/PROEN/DGP IFRS nº 001, de 05 de maio de 2020. Portanto, frente as proposições apresentadas acima, esta pesquisa compreende que contribuiu para que os documentos analisados sejam mais inclusivos e contemplem as condições de acessibilidade encontradas pelos alunos com deficiência do IFRS durante os seus estágios curriculares obrigatórios

Outrossim, o estudo também trouxe como objetivo específico desenvolver um checklist que sirva como ferramenta de verificação da acessibilidade proporcionada aos alunos com deficiência do IFRS durante seus estágios curriculares obrigatórios. Este instrumento foi elaborado entre os meses de setembro de 2023 e fevereiro de 2024 e avaliado por um grupo de 3 (três) usuários no mês de fevereiro de 2024, sendo 2 (duas) pessoas com deficiência e uma outra que atua no campo da educação inclusiva. Quanto aos apontamentos trazidos pelos avaliadores, todos consideraram o produto educacional acessível e foram unânimes em dizer que, através do instrumento, é possível avaliar as condições de acessibilidade ofertadas aos alunos com deficiência do IFRS em seus estágios curriculares obrigatórios.

Ademais, considerando a educação inclusiva enquanto processo em constante evolução, algumas proposições feitas quanto aos regulamentos analisados têm a limitação de estarem adequadas ao período temporal em que estão sendo feitas. Quanto ao produto educacional, apesar de poder ser aplicado em partes, por ser composto de 157 slides, pode ter seu emprego restringido, visto que não se torna um instrumento prático para todos os contextos de estágios curriculares obrigatórios em que poderia ser inserido.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Paula Veras de Oliveira. Acessibilidade no local de trabalho e a percepção dos trabalhadores com deficiência no metrô de Brasília. Orientadora: Ana Maria Pujol Vieira dos Santos. 2020. 77 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde, Canoas, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR NM 313: Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação – Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre, p. 1 – 20, 2017. Disponível em: [https://assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL, Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL, Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 3 jul. 2022.

BRASIL. Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-213-de-17-de-dezembro-de-2019-234040690](http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-213-de-17-de-dezembro-de-2019-234040690). Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Instrução Normativa Proex/Proen/Dgp IFRS nº 001, de 05 de maio de 2020. Regulamenta as diretrizes e procedimentos para organização e realização de estágio obrigatório e não obrigatório dos estudantes do IFRS, assim como a atuação do IFRS como instituição concedente de estágio. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/PUBLICADA-Instrucao-Normativa-PROEX\\_PROEN\\_DGP-001\\_2020\\_-Regulamenta-as-diretrizes-para-estagios-no-IFRS-2.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/PUBLICADA-Instrucao-Normativa-PROEX_PROEN_DGP-001_2020_-Regulamenta-as-diretrizes-para-estagios-no-IFRS-2.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm). Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm). Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm). Acesso em: 03 jun. 2023. CAVI Consultoria e Acessibilidade. Acessibilidade Programática. 2023. Disponível em: <https://www.caviacessibilidade.com.br/acessibilidade/o-que-e-acessibilidade-programatica?url=acessibilidade/o-que-e-acessibilidade-programatica>. Acesso em: 17 mar. 2024.

CORADINI, Lucas; SANTOS, Marlise. Panorama das Ações Afirmativas no IFRS: Avanços e Desafios. In: SONZA, Andréa Polleto [et al.], organizadores. *Afirmar: a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões*. Bento Gonçalves: IFRS, 2020. p. 9 - 18.

FADERS. Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades do RS. Cartilha sobre Acessibilidade Comunicacional. 2020. Disponível em: <https://faders.rs.gov.br/upload/arquivos/202011/25122559-1597926462cartilha-de-acessibilidade-versao-final.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FADERS. Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades do RS. Checklist Selo de Acessibilidade e Inclusão. 2021. Disponível em: <https://faders.rs.gov.br/upload/arquivos/202105/14105531-checklist-selo-de-acessibilidade.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, Anderson R. T.; COSTA, Priscila. Do Desenho Universal ao Desenho Universal para Aprendizagem. In: Anderson Roges Teixeira Góes; Priscila Kabbaz Alves da Costa. (Org.). *Desenho Universal e Desenho Universal para Aprendizagem: fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva*. 1ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022, v. 1, p. 25-33.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômico. Rio de Janeiro: IBGE, 2022, v. 47, 32p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf). Acesso em: 30 de jan. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRSa). Centro Tecnológico de Acessibilidade. Bento Gonçalves, 2022. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/institucional/sobre/>. Acesso em: 31 de jan. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRSb). Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Bento Gonçalves, 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-aco-es-inclusivas/nucleo-de-atendimento-as-pessoas-com-necessidades-educacionais-especificas-napne/>. Acesso em: 31 de jan. 2023.

LEITE, Ana Paula *et al.* O estágio supervisionado de alunos com deficiência em uma perspectiva inclusiva. *Revista Pemo*, Fortaleza, v. 3, n. 1, 13 p. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.3944>. Acesso em: 10 set. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs). *Avaliação por triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MORÉ, Carmen. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde: dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. *In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa e Simpósio Internacional de Educação e Comunicação, IV e VI; 2015, Aracaju - SE. Anais. Goiânia: UFG; 2015. p. 126-31. Vol. 3.*

MOREIRA, M. A. Pesquisa em Educação em Ciências: métodos qualitativos. *Actas del PIDEAC*, Burgos – ES, P. 25 – 55, 2002. Disponível em: [if.ufrgs.br/~moreira/pesqquali.pdf](http://if.ufrgs.br/~moreira/pesqquali.pdf). Acesso em: 18 jun. 2023

PÔNCIO, Elis R. *Acessibilidade atitudinal nas instituições de ensino: o caso do IFRS*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS. Porto Alegre, p.84. 2019.

RODRIGUES, Clarisse Corrêa de Mattos. *Diretrizes da Linguagem Simples sobre a ótica da Gramática Funcional*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-Graduação em Letras, São Paulo, 2022. 297p. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/dcb76407-c555-445d-bb5a-6f85809298a1>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SALOMÃO, Amanda Godinho. *O Sistema de Cotas nas Empresas Privadas como Iniciativa de Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência*. Orientadora: Danúbia Patrícia de Paiva. 2021. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade FUMEC, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito, Belo Horizonte, 2021.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. *Manual de acessibilidade em documentos digitais*. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017. 108 p. ISBN 978-85-64961-07-4.

SANTOS, Ana Carolina Santana e Santana. Políticas para a inclusão de servidores com deficiência em Universidade Pública do Estado da Bahia: um estudo das dimensões de acessibilidade. Orientadora: Susana Couto Pimentel. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, Cruz das Almas, 2019.

SÃO PAULO (cidade). 10 Dicas para escrever um documento em Linguagem Simples. São Paulo: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5259/1/10-dicas-de-linguagem-simples.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SÃO PAULO (cidade). Guia de Linguagem Simples: como posso revisar meu documento? Deixe a linguagem do seu documento mais simples. São Paulo: Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5258/1/Guia-para-revisa%cc%83o-de-documentos.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SASSAKI, R. K. As sete dimensões da acessibilidade. 1ª ed. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2019. 200p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s1.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009. SASSAKI, Romeu. Por falar em classificação de deficiências [online]. Disponível em: <https://adww.online/por-falar-em-classificacao-de-deficiencias/>. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. Educação não inclusiva: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do programa de pós-graduação em educação (PPGE/UFPE). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife, 2012. 595p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12854>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SONZA, Andréa Poletto; CASTAMAN, Ana Sara; PIGOZZO, Ivair Nilton; STRAPAZZON, Jair Adriano; LODER, Luiza Ludwig; LISKA, Milene Gehling; LOUSADA, Vinícius. Checklist de Averiguação da Acessibilidade no IFRS. In: SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; STRAPAZZON, Jair Adriano. A. (Org.). Soluções Acessíveis: experiências inclusivas no IFRS. 1. ed. Porto Alegre/RS: CORAG, 2014. v. 1. 268p. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1eTHcEJm7oykouKkg5-GFBKATAIEUWXp1/view>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SOUZA, Cleiton Venâncio. Acessibilidade e cultura em jogos de cartas colecionáveis: Desenvolvimento do Jogo “Conflito América: A Guerra do Paraguai”. 2021. 93 f. TCC (Graduação em Design) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Minimanual de acessibilidade comunicacional. 1ª. Ed. 2019. 27 p. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/767/2020/09/CARTILHA-Acessibilidade-Comunicacional-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

VIANA, Diogo Silva. Desafios e Perspectivas da Gestão de Pessoas com Deficiência (PcD'S): uma Proposta de Melhoria da Gestão de PcD'S. Orientadora: Denise Medeiros Ribeiro Salles. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Niterói, 2018.

VIDEOSAÚDE FIOCRUZ. Módulo 3 | 1/14 - Acessibilidade: barreiras e soluções. Alves e Sacramento. Google, 6 de abr. de 2023, (3m 25 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3hXN3gvGQf4>. Acesso em: 17 mar. 2024.

ZERBATO, Ana Paula, MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho Universal para aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos. São Leopoldo, v. 22, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207>. Acesso em: 17 mar. 2024.